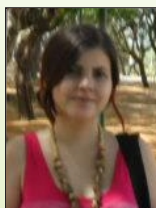


Autora:

Ryanne Freire Monteiro Bahia

Doutoranda do Programa de Pós
Graduação de Sociologia da
Universidade Federal do Ceará**Palavras-Chave:**

Negritude, Raça, Discurso científico.

Keywords:

Negritude, Breed, Scientific discourse.

Artigo recebido em:

Setembro de 2012.

Artigo aceito em:

Outubro de 2012.

ARTIGO ORIGINAL**O DISCURSO RACIOLÓGICO NO
BRASIL PRESENTE EM O CORTIÇO,
DE ALUÍSIO AZEVEDO****RESUMO:**

O objetivo desse artigo é produzir uma reflexão acerca da imagem construída do negro em 1890 a partir da obra naturalista *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Neste intento é pertinente observar a influência do discurso raciológico na construção da obra em lide. O questionamento que guia nossa problemática é pensar de que forma o negro é retratado na literatura brasileira? Apresentamos a discursividade acerca da negritude brasileira. Situamos o leitor a respeito do discurso racial que perpassava as ações políticas à época, e a matriz de pensamento mais comum nas classes abastadas. Outrossim, convivendo com essa interpretação que versava sobre uma inferioridade do negro e do mestiço, havia a perspectiva destes como criaturas edênicas, em especial no que tange ao mulato.

Palavras-Chave: Negritude, Raça, Discurso científico.

INTRODUÇÃO

O Cortiço foi o primeiro romance brasileiro a dar protagonismo a tantos personagens marginalizados pela sociedade brasileira: mendigos, trabalhadores informais, “capoeiras”¹, prostitutas, imigrantes etc. (ROCHA, 2009) A referida obra é um convite a atmosfera fervilhante de 1890. Quando nos deparamos com fontes produzidas oficialmente no período, os negros pobres surgem retratados pelas autoridades públicas tão-somente como um problema, que não possuem nome, sentimentos trajetórias que lhe relegaram a vida que possuem. É essa lacuna que a obra de Aluísio preenche. Nos voltaremos nesse artigo para a condição do negro, que também pobre, era percebido pelo discurso da época como ser inferior, mas conseguia por vezes inverter as simetrias da desigualdade por meio de práticas como a sedução exercida pelo mestiço para com o português.

Neste trabalho, tivemos como objetivo ler um texto literário buscando realizar com ele uma crítica do documento histórico e

social, ler um texto interrogando-o por elementos que estão para além da dimensão estética.

CONSIDERAÇÕES REFERENTES AO USO DO CONCEITO DE RAÇA

Antes de nos determos para iniciarmos nossa análise, abriremos um espaço para explicar o porquê de adotarmos o termo “raça” nesse trabalho. Sabemos que devido às trágicas consequências da Segunda Guerra Mundial, (período em que as raças foram utilizadas para justificar a dominação e até a aniquilação de povos), buscou-se abolir o conceito “raça” do discurso científico. Algumas das áreas do conhecimento que trabalhavam diretamente com o termo eram a Biologia e a Sociologia/Antropologia. A Biologia passou a adotar a palavra população para substituir raça uma vez que o conceito fora descartado.

O que significa a não existência de raças humanas para a biologia? Significa que as diferenças internas, digamos aquelas relativas às populações africanas, não são maiores do que as diferenças externas, aquelas existentes entre populações africanas e populações europeias, por exemplo. Ou seja, é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. (GUIMARÃES, 2008, p. 65)

Nas Ciências Sociais, raça aparece como categoria êmica, ou seja, nomenclatura própria do campo e empregada como categoria de análise. Conforme dito anteriormente, o conceito de raça deixou de figurar no discurso científico, mas foi ressuscitado pelas reivindicações de movimentos sociais tais como o Movimento Negro Unificado (MNU). Todavia, a superação do termo raça como categoria analítica já teria ocorrido nos anos trinta com a obra de Gilberto Freyre, quando o autor concentra seu eixo analítico no conceito de cultura. Para Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2008), o termo nativo raça foi adotado como tentativa de “justificar” o lugar do negro para o colonizador: a escravidão. Dessa forma, os africanos aqui trazidos pelo tráfico negreiro, de diferentes nacionalidades, foram, digamos desterritorializados, destituídos de identidade, reduzidos ao rótulo simplório e utilitário: negro/escravo. Ainda segundo o mesmo autor, foi devido à crescente quantidade de libertos e descendentes destes que o termo “cor” passou a ser mais utilizado que o termo raça.

Embora cientes do desuso do termo raça, como categoria explicativa para as sociedades humanas, é imprescindível fazer uso deste no texto que segue. Isso porque o processo que conduz a superação do termo raça ainda não havia ocorrido na época abordada pela obra de Aluísio Azevedo. *O Cortiço* está impregnado pela atmosfera intelectual e política de sua época e a perspectiva raciológica está evidenciada na obra. Por esse motivo, utilizá-la-emos. Concordamos com Guimarães (2008) quando este ressalta:

Os conceitos só fazem sentido num mundo teórico determinado, não faz sentido sair daqui para aplicar ali este discurso teórico sem referências concretas, porque faltaria história, e esses [sic] conceitos se articulam numa determinada história e numa determinada teoria. (GUIMARÃES, 2008, p. 65)

ALUÍZIO AZEVEDO E O CAMPO LITERÁRIO

Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo trabalhou como romancista, caricaturista, jornalista, tendo ao final de sua carreira de escritor tornado-se diplomata. Nasceu em São Luís, no Maranhão, em 14 de abril de 1857, e faleceu em Buenos Aires, Argentina, em 21 de janeiro de 1913. É o fundador da Cadeira n. 4 da Academia Brasileira de Letras.

Quase todos os jornais da época tinham folhetins, e foi num deles que Aluísio passou a publicar seus romances. A princípio, eram obras menores, escritas apenas para garantir a sobrevivência. Depois, surgiu nova preocupação no universo de Aluísio: a observação e análise dos agrupamentos humanos, a degradação das casas de pensão e sua exploração pelo imigrante, principalmente o português. Dessa preocupação resultariam duas de suas melhores obras: Casa de pensão (1884) e O cortiço (1890). (Fonte: www.academia.org.br)

O autor de O Cortiço realizava verdadeiros trabalhos de campo, no sentido em que partia para conhecer as pessoas, os tipos humanos que inspiravam seus romances. Foi um crítico dos costumes da burguesia e polêmico em suas obras. Apreciava retratar o cotidiano das classes populares e dos grupos subalternos. O que realizou em *O Mulato*, onde denuncia em plena campanha abolicionista, o preconceito racial no Maranhão, sua terra natal.

Sua obra se divide em duas partes: a primeira é a fase romântica, mais ao gosto da época em que escrevia e o que propiciou seu sustento durante a juventude. A fase seguinte foi a naturalista, que o tornou um clássico da literatura brasileira. Influenciada pelas obras de Émile Zola e Eça de Queirós. Sua obra mais marcante desse gênero é *O Cortiço*. No intuito de situar o leitor, apresentaremos brevemente algumas características do naturalismo em âmbito universal e nacional.

Segundo o naturalismo é na natureza onde o homem deve procurar respostas. Portanto, valoriza as leis científicas, em detrimento das explicações religiosas. “Em literatura é a teoria de que a arte deve conformar-se com a natureza, utilizando-se de métodos científicos de observações e experimentação no tratamento dos fatos e das personagens.” (COUTINHO, 2004, p. 188)

O naturalismo em sua vertente literária originou-se na França durante a metade do século XIX. Recebeu fortes influências das concepções científicas da época, a saber: o darwinismo e o determinismo. As teorias evolucionistas de Spencer estão igualmente presentes no pensamento naturalista francês.

Na literatura e no teatro, o naturalismo adotou uma postura crítica focada nos problemas sociais. Para Zola (1995), principal expoente do naturalismo europeu, mesmo a escrita literária sob a óptica naturalista deveria por princípio adotar uma atitude científica, descrevendo problemas reais, tipos humanos reais através da ficção, assim como ele o faz em sua obra *Germinal*. Para Émile Zola, “o autor tem de fazer personagens reais em um meio real, dar ao leitor um fragmento da vida humana”. O autor expõe sua postura, de certa forma positivista, ao destacar que para o naturalista “o senso do real é sentir a natureza e representá-la como ela é.” (ZOLA, 1995, p. 26)

O naturalismo segue a tendência de fazer dos romances um instrumento de luta contra valores, instituições, e o *status quo*. É freqüente a crítica contra a hipocrisia, o casamento, a igreja e a burguesia. O objetivo era abandonar o caráter apenas lúdico, de entretenimento e fazer parte de uma “provocação”

contra o poder opressor.

No Brasil, foi nas últimas décadas do século XIX, em meio a um contexto histórico turbulento onde estão situadas a Abolição da escravatura e a Proclamação da República, que as escolas naturalistas e realistas abriram caminho. José Veríssimo (1998) ressalta que o naturalismo chegava ao Brasil quando na França já se encontrava em franco declínio. O naturalismo brasileiro apresentou características próprias, como a valorização dos aspectos tipicamente brasileiros, afastando-se da matriz européia comprometida com a representação das relações de poder. Antonio Candido (1987) afirma que Aluísio Azevedo foi um dos poucos escritores que optaram por seguir o modelo semelhante ao original francês, comprometido com a problematização da exploração, das desigualdades sociais e do racismo.

Fazem parte da fase naturalista de Azevedo: *O mulato*, no qual em meio à campanha abolicionista desvela o racismo na sociedade maranhense, da qual o autor fazia parte; *Casa de Pensão*, onde produz uma crítica aos costumes burgueses, e *O Cortiço*, sua mais célebre obra na qual nos deteremos mais adiante. Ficaria no limbo das classificações literárias o romance *O homem*, que para alguns autores teria um viés naturalista, e para outros autores, esta penderia mais para a produção folhetinesca.

Autores como Alfredo Bossi (2006) interpretam que *O Cortiço* fornece uma visão panorâmica da sociedade, o social tem predomínio sobre o individual. No referido romance, o personagem principal é o Cortiço. Livros anteriores do autor como *Casa de Pensão* e *O mulato* receberam críticas quanto à presença de traços românticos, no caso de *O mulato*, e excessos resultantes da influência de Zola, mas a obra *O Cortiço* foi um grande sucesso de crítica, sendo considerada a mais importante obra do naturalismo brasileiro.

Conforme a abordagem naturalista, o homem é visto dentro de sua animalidade, sendo um produto do meio social no qual está inserido. No caso do cortiço, as personagens expostas a um ambiente hostil desenvolvem comportamento violento, bem como expõem sua sexualidade de forma aberta. O homem é dominado por seus instintos como bem revela o excerto a seguir: “Sentia-se naquela fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra.” (AZEVEDO, 1995, p. 17)

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1995, p. 27)

Durante sua narrativa, Aluísio de Azevedo (1995) compara o cortiço a um organismo vivo. E seus personagens moradores do cortiço são retratados pelo viés biológico e social, sendo estas duas esferas inseparáveis. Está explícita a visão do homem como espécie. E o próprio planejamento em relação ao cortiço se faz com base nesse parâmetro. Não por acaso, João Romão constrói o mínimo de latrinas, uso comunitário das pias etc. Não há conforto, há somente o suficiente para seres vivos

sobreviverem, atenderem suas necessidades enquanto seres meramente biológicos.

RAÇA NO DISCURSO CIENTÍFICO BRASILEIRO

Renato Ortiz (1994) define como “sincretismo científico”, as teorias raciais do século XIX. Os intelectuais representantes dessa corrente de pensamento foram Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Os autores citados não constituíram uma “escola”, posto que cada um se apropriou de termo “raça” com olhares diferentes. As influências marcantes da intelectualidade brasileira no início do século foram o darwinismo social, o positivismo de Comte em sua primeira fase e o evolucionismo de Spencer. Produziram-se interpretações da história brasileira sob a perspectiva determinista, como é o caso da análise de Euclides da Cunha, onde o meio e a raça são fatores que formam o homem. Isso fica patente em sua obra mais clássica, *Os Sertões*, através de sua própria divisão: *A terra*, *O homem* e *A luta*. Conforme Ortiz (1994) no discurso científico adotado como paradigma pela *intelligentsia* brasileira, o atraso do país estaria vinculado ao clima e a raça.

A interpretação do Brasil como nação mestiça, o deslocamento da análise da perspectiva da raça para a da cultura, e a miscigenação como um construto positivo são aspectos relativamente recentes, tendo como seu grande expoente Gilberto Freyre, o qual, foi notoriamente influenciado por Franz Boas. Casa-grande & Senzala, segundo Ortiz (1994), constitui-se em uma “carteira de identidade nacional”, assegurando uma positividade da mestiçagem. Porém a incorporação do conceito de mestiçagem já fora anteriormente utilizada por intelectuais brasileiros e visitantes estrangeiros. Lilia Moritz Schwarcz (1993) esclarece que no segundo metade o século XIX era lugar-comum os discursos que identificavam o Brasil como um país mestiço. Contudo, a mestiçagem era observada como um elemento negativo e para alguns pensadores, transitório. João Batista Lacerda, na época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, pronunciou-se no I Congresso Internacional das Raças, no qual defendeu o argumento de que o Brasil até então mestiço acabaria por torna-se branco, encaminhando com isso a solução dos problemas relativos ao atraso da nação. Acerca dessa declaração de Lacerda, Schwarcz (1993) elucida:

O autor reconstruía, por meio de imagens, não só com argumentos como perspectivas de época. O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco. (Schwarcz, 1993, p. 12)

Ressalta Schwarcz (1993) que era freqüente a presença de naturalistas, visitantes de outros países que, vinham em busca dos elementos exóticos, flora e fauna tropical e deparavam-se, não sem algum assombro, com a “mistura das raças”. Tal mistura foi interpretada como uma anomalia, contribuindo para a fraqueza do corpo e da alma do brasileiro. Schwarcz (1993) cita o depoimento de Louis Agassiz, norte-americano que levava a sua terra natal, o que para ele seria um “fiel depoimento da degradação das raças”, perante a miscigenação:

Que qualquer um que divide dos males da mistura das raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (AGASSIZ, 1868, p. 71 apud SCHWARCZ, 1993, p. 13)

Ao intitularmos esse capítulo de “O discurso raciológico no Brasil”, é preciso deixar claro: discurso de quem? Mencionamos a presença de viajantes estrangeiros e intelectuais brasileiros, e sobre esses últimos teceremos algumas considerações. Schwarcz (1993) aponta que a Antropologia e a Etnologia ganharam espaço nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no qual se reunia parte da elite intelectual brasileira nos oitocentos. As disciplinas supracitadas foram conquistando uma área de atuação diferente das demais, tais como História e Geografia. Sua proposta foi a de incluir grupos sociais por ora relegados a um segundo plano nas disciplinas tradicionais. Em outras palavras, grupos como os negros e indígenas foram objetos de estudo do IHGB, mas sob o prisma conservador. Aos indígenas, foi conferido o papel de representante das origens brasileiras. Contudo, para este haveria “salvação”, contanto que fosse catequizado pelos jesuítas e/ou civilizado. “Poder-se-ia então promover a instrução desses míseros filhos das florestas, avezando-os igualmente ao doce julgo do trabalho [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 111). O índio era descrito com um ser dócil, pronto para torna-se “útil ao país”, passível de ser “civilizado”; já ao negro eram atribuídas as piores críticas: “Os negros representam um exemplo de grupo incivilizável, afirmava um artigo publicado em 1891; “As populações negras vivem no estado mais baixo de civilização humana”. (SCHWARCZ, 1993, p. 111).

Esse discurso ganhava apoio no próprio IHGB. Em 1844, a referida instituição realizou um concurso, cujo título era: Como escrever a história do Brasil. O vencedor foi o alemão, correspondente e também sócio do IHGB, Karl Friedrich Philip Von Martius. Sua tese versava sobre a miscigenação e trazia em caráter conclusivo a idéia de que os primeiros homens a habitarem o planeta foram negros, depois vermelhos e por fim, os brancos; com a evolução dos tempos, o negro seria o primeiro tipo humano a desaparecer, depois o vermelho (o que supomos, sejam os indígenas) e o branco reinaria soberano. Schwarcz (1993) afirma que para Von Martius:

Ao branco, cabia representar o papel do elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, [...] restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: 'Não há dúvida que o Brasil teria tido, diz Von Martius, 'uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros'. (SCHWARCZ, 1993, p. 112)

O trecho supracitado expressa a percepção que a “elite intelectual” tinha sobre as raças, vendo-as de forma hierarquizada, com papéis diferentes na sociedade brasileira. As ideologias que pregavam a inferioridade do negro encontram registro na obra de Azevedo através de Bertoleza.

Ele propôs- lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, por que, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar- se a negros e

procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 2001, p. 17)

Tem-se um caso de violência simbólica, a qual a vítima incorpora o racismo contra si. O discurso raciológico estava tão presente na sociedade brasileira no período em que a obra foi escrita, que na descrição dos personagens de *O Cortiço*, há recorrentemente uma referência à negritude do personagem. Vejamos os exemplos a seguir:

a) primeira descrição de Bertoleza:

“Bertoleza, **crioula** trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade.” (AZEVEDO, 2001, p. 15)

b) Marciana - moradora do cortiço e lavadeira:

“Marciana que, com o seu tipo de **mulata** velha, um cachimbo ao canto da boca, cantava toadas monótonas do sertão.” (AZEVEDO, 1995, p. 48).

c) Os empregados do Miranda:

A criadagem da família do Miranda compunha-se de Isaura, **mulata** ainda moça, moleirona e tola, que gastava todo vintenzinho que pilhava em comprar capilé na venda de João Romão; uma **negrinha** virgem, chamada Leonor, muito ligeira e viva, lisa e seca como um moleque, conhecendo de orelha a vasta tecnologia da obscenidade, e dizendo, sempre que os caixeiros ou fregueses da taverna, só para mexer com ela, lhe davam atrações: “Óia, que eu me queixo ao juiz do orfe!” e finalmente o tal Valentim, **filho de escrava** que foi de D. Estela e a quem esta havia alforriado. (AZEVEDO, 2001, p. 31).

Nas descrições dos personagens, observemos que, após o nome, surge alguma palavra que indique a cor da pele e, logo após, uma característica psicológica relacionada à mesma ou a associação de algum hábito supostamente comum a estes tipos humanos. Exemplo: mulata velha com cachimbo na boca; crioula escrava; mulata moleirona e tola. Em alguns casos, temos a narração de situações mais comuns a esses personagens: é o caso de Leonor, que era freqüentemente assediada verbalmente e que por isso conhecia de ouvido “toda a tecnologia da obscenidade”; o que deveria ser relativamente comum: uma moça virgem, mas pobre e negra escutava comentários indecentes, e ninguém levava a sério suas ameaças: Óia, que eu me queixo (queixo) ao juiz do orfe (órfã)!”

Um detalhe que não deve ser ignorado pelo leitor é que quando um personagem é identificado enquanto crioulo ou cafuzo, isto não significa que eles o sejam propriamente. Um mesmo personagem é concomitantemente vislumbrado como negro, cafuzo e crioulo. Apreende-se apenas que tais personagens são de pele escura. E provavelmente, foi uma maneira de Aluísio retratar o desconhecimento dos próprios sujeitos a respeito dessas classificações. Como pessoas simples, pobres e sem instrução (salvo raras exceções), os personagens não diferem as classificações: negro, mulato, cafuzo, caboclo, ou nas nomeações pejorativas, crioulo.

Bertoleza : A condição de mulher pobre, negra e escrava

Na obra *O cortiço*, há uma personagem que perpassa toda a trama, desde as primeiras páginas até o momento mais tenso do final da narrativa, esta é Bertoleza. É definida psicologicamente por dois aspectos: a lealdade a João Romão e a disposição para o trabalho.

Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre, às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira [...] Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas [...]. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar a roupa de seu homem. (AZEVEDO, 2001, p. 17- 18)

O comportamento de Bertoleza coaduna-se com a visão de Rufino dos Santos (2000), segundo a qual o negro na sociedade brasileira para “se classificar” deveria trabalhar de forma implacável para provar que não era vagabundo, ou delinqüente, estando o negro pobre freqüentemente sob tal suspeita. Caberia esforçar-se mais que o branco pobre para conseguir alguma consideração. Freyre (1961) aponta para a estrutura que alicerçou o estigma do negro como inferior: a sociedade escravista.

Durante os séculos XVIII e XIX, teriam convivido duas teorias acerca da negritude: uma se fundamentava na superioridade da raça ariana como assinala Schwarcz (1993) e outra defendia “a livre incorporação dos negros e mulatos à sociedade brasileira, sua ascensão às responsabilidades políticas e intelectuais. “(FREYRE, 1961, p. 28). Do mesmo modo que os intelectuais divergiam a respeito do papel de negros e mestiços entre seres passivos e ativos, a perspectiva desses atores também variava. Freyre (1961) relata o caso de um bacharel e advogado negro que em 1834 revoltara-se com as oportunidades negadas aos seus irmãos de cor: “[sic] querem que um pobre de cor não passe de um simples artista; querem dar-lhes uma esmola do que franquear-lhe aquellas condecorações, e lucros, que por direito lhe pertencem” (FREYRE, 1961, p. 28). Estava no cerne da aristocracia delegar os ofícios mais degradantes aos negros e mulatos; Gilberto Freyre (1961) ilustra seu ensaio *Sobrados e Mucambos* com um exemplo emblemático. Um capitão—mor antes de assumir o referido cargo “era negro”, agora que atingiu tão grandiosa patente não mais era identificado com tal, tendo em vista a impossibilidade de um negro na sociedade imperial alcançar tamanho prestígio e poder.

Em *O Cortiço*, Bertoleza vivia esse sentimento de ambigüidade em relação à sua condição de escrava: “Seu dono comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para uma pobre mulher ter de escapar pr’ali todos os meses, vinte- mil réia em dinheiro!” (AZEVEDO, 2001, p. 15-16). Incomodava-lhe o fato de ter que ser explorada pelo dono e ainda trabalhar durante o descanso para outras pessoas em busca de amealhar alguma quantia para comprar sua alforria. No entanto, ao ser informada sobre a suposta morte de seu dono, exclama: “— Coitado! A gente se queixa é da sorte! Ele, como meu senhor, exigia o que era seu!” (AZEVEDO, 2001, p. 17). Os sentimentos da personagem são contraditórios, porém compreensíveis, pois, por um lado, demonstra a infelicidade sobre sua condição, através de um

desabafo, mas, por outro lado, ao aceitar que o dono “só exigia o que era seu”, expressa o conformismo, calcado na desesperança em uma mudança social.

A certeza da personagem de que seu futuro dependia de seu esforço extremo foi moldando sua relação com João Romão: “Bertoleza, sempre suja e tisonada sempre sem domingo nem dia santo, lá estava ao fogão, mexendo as panelas e enchendo pratos.” (AZEVEDO, 1995, p. 61). Toda a sua dedicação assentava-se na fé de que o patrão e amante a recompensaria com um amparo na velhice. Freyre (1961) nos informa que as relações nas casas patriarcais eram bastante diversas das que ocorriam nas casas-grandes.

Os senhores dos sobrados e os negros libertos, ou fugidos, moradores dos mucambos, foram se tornando extremos antagônicos, bem diversas, as relações entre eles, das que haviam se desenvolvido, entre senhores das casas-grandes e negros de senzala, sob o longo patriarcado rural. (FREYRE, 1961, p. 30)

O escravo configurava-se no real instrumento para medir a fortuna do setor agrário, posto que exigia-se uma significativa quantia de crédito para adquiri-lo. Nesse sentido, cabia ao senhor da casa-grande zelar pela durabilidade de seu mais precioso bem, do ponto de vista econômico (FAORO, 2000). Essa relação “protecionista”, no sentido de proporcionar uma maior vida útil, a qual se converteria em trabalho e riqueza para o dono, inexistia no caso do negro libertado ou fugido, na medida em que este estava responsável por sua própria sorte, estando sujeito a não ter um teto e nem como se alimentar, condições mínimas disponibilizadas pelo escravocrata, embora que ao escravo impingiam-se inúmeros infortúnios degradantes.

[...] chorava em segredo, sem ânimo de reclamar os seus direitos. Na sua obscura condição de animal de trabalho, já não era amor o que a mísera desejava, era somente confiança no amparo de sua velhice, quando lhe faltassem as forças para ganhar a vida. E contentava-se em suspirar no meio de grandes silêncios durante o serviço de todo o dia, covarde e resignada, como seus pais que a deixaram nascer e crescer no cativo. (AZEVEDO, 1995, p. 188).

A relação entre Bertoleza (em sua suposta condição de mulher livre) e João Romão revelou-se de caráter utilitário. Mesmo “livre”, foi coisificada, tal como um objeto que perdeu a utilidade; Bertoleza decaiu de seu antigo *status* de amiga e amante, passando a ser adjetivada como estorvo.

[...] surgiu-lhe nítida ao espírito a compreensão do estorvo que o diabo daquela negra seria para seu casamento.

[...] Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida! Mas, afinal, de que modo se veria livre daquele trombolho?

[...] E se ela morresse?... (AZEVEDO, 1995, p. 151).

Comparemos o trecho acima com a descrição de Gilberto Freyre (1961), concernente às relações entre portugueses e mulheres negras: “Português geralmente considerado porcalhão e

sumítico amigado com negra que trabalhava servilmente para ele e a quem às vezes o “marinheiro” abandonava depois de tê-la explorado duramente.” (FREYRE, 1961, p. 462). É precisamente esse o quadro exposto em *O Cortiço*.

Quando não almejava uma posição de prestígio dentro da sociedade carioca, João Romão não se importava em dormir e morar com uma negra. Bertoleza de início fora excelente para seus negócios: um braço trabalhador, mulher sem luxos e de poucos gastos, sem perfumarias e roupas bonitas ou pinturas, agrados que seriam exigidos por mulheres de uma camada economicamente mais elevada. Tampouco precisava Romão despendar dinheiro com enfeites para si. Suas “qualidades” de homem branco e português eram o bastante para impor amor e respeito por parte da companheira. Graças a essa rígida economia, foi possível produzir poupança e fazer fortuna para si. Com dinheiro no bolso, veio-lhe a mente o desejo de torna-se um homem “respeitável”. Para tanto, deveria incorporar os valores da elite, a começar pela negação de Bertoleza como igual. Logo, a imagem da pobreza e desleixo que outrora era cena comum, despertava-lhe agora terrores:

E tinha de estira-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe! Pois, tão cheiroso e radiante como se sentia, havia de pôr a cabeça naquele mesmo travesseiro sujo em que se enterrava a hedionda carapinha da crioula! (AZEVEDO, 1995, p. 150).

A autocensura vinha de uma incorporação da censura do grupo social ao qual crescia o ímpeto de pertencer. Na figuração social específica que fora o Brasil nos oitocentos, especialmente o Rio de Janeiro, era desabonador viver de forma igualitária² com alguém considerado de raça inferior. “-É um filho da mãe! [...] É de muita força! Pena é estar metido com a peste daquela crioula! Nem sei como um homem tão esperto caiu em semelhante asneira!” (AZEVEDO, 1995, p. 184). A pressão do grupo dominante se dava de forma objetiva através do não consentimento do matrimônio com Zulmirinha, filha do rico comerciante Miranda até que o pretenso noivo se livrasse da companheira negra.

E a crioula? Como haveria de ser?
Era isto justamente o que, tanto o Barão como o Botelho, morriam para que lhe dissessem. Sim por que aquela boa casa que se estava fazendo, e os ricos móveis encomendados, e mais as pratas e as porcelanas que haviam de vir, não seriam decerto para os beijos da negra velha! (AZEVEDO, 1995, p. 188).

O mestiço

Na sociedade brasileira, o mestiço encontrou como principais veículos de ascensão social os cargos militares e a atividade bacharelesca. Ao definir os tipos humanos no Brasil imperial, Freyre (1961) os divide da seguinte forma:

Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas havia um meio- termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade. (FREYRE, 1961, p. 430)

Raymundo Faoro (2001) em *Os donos do poder* disserta acerca da participação de mulatos e

negros nos cargos de milícia, o que acabou por desabonar ao longo do tempo tais profissões que outrora eram privilégio das famílias tradicionais e abastadas. Essa mesma temática é contemplada por Gilberto Freyre (1961). Contudo, o autor fornece considerável destaque a outro modo de ascensão: a sedução. “Pela beleza física e pela atração sexual exercida sobre o branco do sexo oposto é que, grande número de casos, se elevou socialmente o tipo mulato em nosso meio.” (FREYRE, 1961, p. 732). Freyre (1961) assinala que ocorriam com frequência enlances matrimoniais entre brancos e negros. Na obra azevediana, temos o caso de Augusta: “Meu marido é pobre e é de cor, mas eu sou feliz, por que casei por meu gosto!” (AZEVEDO, 1995, p. 75).

Constantemente aliada aos encantos estéticos, estava a carta de bacharel. Deteremo-nos, todavia, no tocante à inclusão por meio do enlace amoroso ou sexual, pois é este o aspecto destacado na obra de Aluísio Azevedo, haja vista sua orientação naturalista.

Devemos notar a presença em *O cortiço*, da ideologia do “vigor do híbrido”. Nesta, os mulatos jovens são mencionados como criaturas detentoras de um carisma especial; parecem emanar um espírito de aventura e visões edênicas. Vejamos a relato de Rita Baiana:

A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua como de prata, a cujo refulgir os meneiros da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher. (AZEVEDO, 1995, p. 77).

A mulata é caracterizada pela sensualidade, vigor corporal e pelo cuidado de si. A descrição estética de Azevedo distancia-se da mais utilizada pelos baluartes do discurso raciológico brasileiro, entoado também por não brasileiros como o conde Arthur de Gobineau, francês residido no Rio de Janeiro por um ano e três meses, nos quais concluiu: “Trata-se de uma população mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.” (RAEDERS, 1988, p. 96 apud SCHWARCZ 1993, p. 13)

E toda ela respirava o asseio das plantas brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. (AZEVEDO, 1995, p. 61).

Além dos atributos físicos ressaltados, percebemos que a personagem Rita Baiana é louvada por seus cuidados com a higiene pessoal, estando limpa e cheirosa, observação essa que se opõe enfaticamente à personagem Piedade, portuguesa, branca e esposa de Jerônimo, a qual exalava um odor desagradável por não tomar banhos com frequência, costume que trouxe consigo de Portugal devido ao clima frio em sua terra de origem.

Outra descrição bastante condizente com a pesquisa bibliográfica referente ao período histórico é a de Firmo, antigo amante de Rita.

Firmo [...] era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito; capadócio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira. Teria seus trinta e tantos anos, mas não parecia ter mais de vinte e poucos. Pernas e braços finos, pescoço estreito, porém forte; não tinha músculos, tinha nervos. A respeito da barba, nada mais do que um bigodinho crespo, petulante, onde reluzia cheirosa a brilhantina do barbeiro; grande cabeleira encaracolada, negra e bem negra, dividida ao meio [...]. (AZEVEDO, 1995, p. 66).

Para além do cuidado com o corpo, o mulato é representado como símbolo da intrepidez; nada o amedronta, exceto o temor de perder a honra, nesse caso, sendo essa mensurada pela valentia. Na ausência de um capital financeiro para resguardar, sobrou-lhe o simbólico.

A perspectiva de raça permeava o ambiente em que a obra *O Cortiço* foi escrita. É interessante notar o desfecho da trama em relação a duas personagens femininas que disputaram o mesmo homem: Rita Baiana e mulata nordestina e Piedade, portuguesa, mulher branca. Rita Baiana, nunca ascendeu socialmente, não se casou, valores caros à moral burguesa, por outro lado, sempre foi dona de sua vontade, suas relações amorosas são geridas pelo desejo e não por normas sociais. Continuou com seus pagodes, suas danças, suas farras, não houve homem que a moldasse. Por sua vez, Piedade vivenciou uma melancólica trajetória marcada pela decadência e perda dos vínculos sociais.

Pobre mulher! Chegara ao extremo dos extremos, coitada! Já não causava dó, causava repugnância e nojo. A pagaram-se-lhe os últimos vestígios de brio; vivia andrajosa, sem nenhum trato e sempre ébria, dessa embriaguez sombria e mórbida que não dissipa nunca. O seu quarto era mais imundo e pior de toda a estalagem; homens malvados abusavam dela, muitos de uma vez, aproveitando-se da quase completa inconsciência da infeliz. (AZEVEDO, 1995, p. 219)

O desfecho reservado a Piedade, mulher branca, que figurava no discurso em voga como raça superior, foi provavelmente a interpretação de Azevedo de que os sujeitos se tornam o que são mais em virtude das condições sociais em que vivem do que por seus genes. Rita viveu feliz por que sempre soube viver para si, ao passo que Piedade só vivia para a família; no instante em que esta se esfacela, a pobre mulher se vê sem função, sem utilidade, sem sentido e por isso entrega-se a uma sobrevivência errante. Rita, diferentemente de Bertoleza, fora bem sucedida porque não nasceu no cativeiro. Aluísio Azevedo, ao mesmo tempo em que apresenta as visões e representações sobre o negro (favoráveis e desfavoráveis), estabelece uma vitória do meio sobre a raça.

Percebemos que a obra de Azevedo consegue captar os diferentes discursos sobre o negro. Por um lado, vilipendiado pelo pensamento alicerçado na perspectiva do conceito de raça, por outro, exaltado em virtude do vigor físico, sua beleza e habilidades corporais. Simultaneamente, persiste a crítica a não incorporação desse físico vigoroso ao trabalho contínuo e disciplinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clifford Geertz (2009) em *Obras e Vidas* expõe uma interpretação de textos etnográficos de autores clássicos como Malinowski, Strauss e Evans-Pritchard, que conquanto a abordagem antropológica, parecem mitigar as barreiras entre o texto acadêmico e a escrita literária. Textos dotados de delicadeza e acuidade estética que, por vezes, confundem-se com prosa. Do mesmo modo, alguns textos literários possuem propriedades que lhe conferem caráter de fonte de informação sócioantropológica. Assim também podemos assinalar a fase naturalista de Azevedo como marco na literatura brasileira e no pioneirismo de sua representação do negro escravo e empobrecido.

O leitor deve ter observado que comparações entre “cenar” do livro e acontecimentos históricos “reais” foram feitos à larga. Contudo, a ficção de Azevedo humaniza esses personagens até então

relegados à condição subalterna. Conduz-nos ao lugar social do negro, suas desventuras e batalhas cotidianas as quais compõem essas artes de fazer que se definem nas práticas em que não se vive como se deve, mas como se pode.

Em *O Cortiço*, Rita Baiana reunia qualidades como beleza e asseio exemplares, bem como a capacidade de dominar seus parceiros. Nessa obra, não é Rita que incorpora ativamente os elementos culturais atribuídos ao homem branco; é a mulata que “coloniza” o português, a mulher que arbitra sobre o homem. Contudo, não aparece na obra nenhum personagem negro letrado, o que revela a dificuldade de acesso desse às escolas de ensino básico e superior.

BIBLIOGRAFIA

ALUÍSIO Azevedo: vida e obra. Disponível em : <<http://www.academia.org.br>> Acesso em: 6jun. 2011.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 36. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**: A teoria do romance. São Paulo: EDUNESP/HUCITEC, 1993.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2000.

CHALHOUN, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1961.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2009.

GOLDMANN, Lucien (Org.) **Sociologia da Literatura**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Lívio, PINHO, Osmundo Araújo. **Raças**: novas perspectivas antropológicas. 2ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; EDUFBA, 2008. p. 63- 82.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. Os pobres. In: _____. **Épuras do social**: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004.p. 23-75.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZOLA, Émile. **Do Romance**: Stendhal, Flaubert e os Gouncourt. São Paulo: Ed. EDUSP, 1995.

NOTAS

¹Aqui a palavra surge com a dupla conotação, a de jogador de capoeira e a de marginal.

²A relação de igualdade na convivência entre os dois se dava na medida em que os dois economizavam em absolutamente tudo, evitavam custos com prazeres “fúteis” como roupas, calçados, perfumes, mobília luxuosa etc, to do o dinheiro seria economizado, tanto João Romão quanto Bertoleza trabalhavam à exaustão. No entanto, as economias focavam sempre com Romão e nunca com Bertoleza. Portanto, a igualdade não era absoluta, mas chocava a “boa sociedade”; o fato de viver nas mesmas condições que estas sendo possuidor de fortuna e de cor branca.